



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS - FORO DE SÃO CARLOS**  
**1ª VARA DA FAMÍLIA E SUCESSÕES**  
 Rua Sorbone, 375, Centreville - CEP: 13560-760 - São Carlos - SP  
 Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarloslfam@tjsp.jus.br

### SENTENÇA

Processo nº: 1004005-09.2017.8.26.0566  
 Classe - Assunto: **Arrolamento Sumário - Inventário e Partilha**  
 Inventariante: Magda Pereira de Freitas  
 Inventariada: Teresa Bonafé

Juiz de Direito: Paulo César Scanavez

Indefiro o pedido de AJG. O bem é de valor significativo e os herdeiros têm como compartilhar o custo processual, sem risco à sobrevivência de cada um. Terão 10 dias para comprovar esse recolhimento. O formal de partilha só será expedido depois do atendimento a essa exigência.

Trata-se de procedimento de arrolamento (artigos 659/663, do CPC), cuja partilha foi firmada de modo consensual, conforme fls. 29/36. As certidões negativas constam dos autos.

**HOMOLOGO**, por sentença, o plano de partilha de fls. 29/36 para que surta os seus jurídicos e legais efeitos. Diante da consensualidade em destaque, a publicação desta sentença nos autos gerará AUTOMATICAMENTE o seu trânsito em julgado (**dispensando a serventia de expedir certidão específica**), autorizando os herdeiros a obterem, oportunamente (nos termos do 1º §), o formal de partilha no Tabelionato de Notas, consoante as Normas do Extrajudicial expedidas pela E. CGJ. O Tabelionato solicitará (por e-mail) senha ao Cartório como de praxe.

O Fisco Estadual recebeu senha para ter pleno acesso a estes autos. O lançamento administrativo do ITCMD não se submete ao crivo judicial nestes autos. Compete ao Oficial do CRI aferir se os herdeiros recolheram o tributo estadual ou obtiveram a declaração de isenção e se a Procuradoria do Estado manifestou concordância a essa exigência.

P. I. Dê-se baixa dos autos no sistema e ao arquivo, imediatamente, sem prejuízo do recolhimento das custas a ser providenciado pelos herdeiros.

São Carlos, 20 de junho de 2017

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**